



NÍVEL SUPERIOR | MANHÃ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais:

0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1

1 A palavra sonho significa muitas coisas diferentes: “o
sonho da minha vida” e “meu sonho de consumo” são
expressões usadas pelas pessoas para dizer que pretendem ou
4 conseguiram alcançar algo. Todo mundo tem um sonho, no
sentido de plano futuro. Todo mundo deseja algo que não tem.
Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que
7 tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a
palavra usada para designar tudo aquilo que se quer ter?

O repertório publicitário contemporâneo não tem
10 dúvidas de que o sonho é a força motriz de nossos
comportamentos, a motivação íntima de nossa ação exterior.
Desejo é o sinônimo mais preciso da palavra “sonho”. Na área
13 de desembarque de um aeroporto nos Estados Unidos, uma foto
enorme de um casal belo e sorridente, velejando num mar
caribenho em dia ensolarado, sob a frase enigmática: “Aonde
16 seus sonhos o levarão?”, embaixo o logotipo da empresa de
cartão de crédito. Deduz-se do anúncio que os sonhos são
como veleiros, capazes de levar-nos a lugares idílicos,
19 perfeitos, altamente... desejáveis. As equações “sonho é igual
a desejo, que é igual a dinheiro” têm como variável oculta a
liberdade de ir, ser e principalmente ter, liberdade que até os
22 mais miseráveis podem experimentar no mundo de regras
frouxas do sonho noturno, mas que no sonho diurno é
privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.

25 Entretanto, a rotina do trabalho diário e a falta de
tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos
trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização
contemporânea. É gritante o contraste entre a relevância
28 motivacional do sonho e sua banalização no mundo industrial
globalizado. No século XXI, a busca pelo sono perdido
envolve rastreadores de sono, colchões *high-tech*, máquinas de
31 estimulação sonora, pijamas com biossensores, robôs para
ajudar a dormir e uma cornucópia de remédios. A indústria da
saúde do sono, um setor que cresce aceleradamente, tem valor
34 estimado entre 30 bilhões e 40 bilhões de dólares. Mesmo
assim impera a insônia. Se o tempo é sempre escasso, se
37 despertamos diariamente com o toque insistente do
despertador, ainda sonolentos e já atrasados para cumprir
compromissos que se renovam ao infinito, se tão poucos se
40 lembram de que sonham pela simples falta de oportunidade de
contemplar a vida interior, quando a insônia grassa e o bocejo
se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho.

43 E, no entanto, sonha-se. Sonha-se muito e a granel,
sonha-se sofregamente apesar das luzes e dos ruídos da cidade,
da incessante faina da vida e da tristeza das perspectivas.

Sidarta Ribeiro. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19-20 (com adaptações).

A partir das ideias e da estrutura do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto discute a noção de sonho vinculando-a à dimensão cultural e social do mundo contemporâneo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O autor discorre sobre o sonho enfocando especialmente, como fatores culturais e sociais, o papel da cultura da publicidade e da indústria do sono sobre essa faculdade humana.
- 2 O texto aponta dois problemas relativos ao sonho: a sua hipervalorização pela cultura consumista e a sua banalização pela indústria da saúde do sono.
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a publicidade incita a relação entre sonho e desejo, e a indústria do sono banaliza-o mediante uma cornucópia de soluções miraculosas infrutíferas para o combate ao problemas do sono que caracterizam a civilização contemporânea.
- 3 O texto defende que o mal-estar da civilização contemporânea deve-se ao fato de que desejo de consumo e sonho se confundem cada vez mais.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O texto afirma que “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”.
- 4 A exposição de fatos e argumentos que estrutura o texto caracteriza-o como predominantemente dissertativo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O texto dissertativo é aquele que se ocupa de expor ideias, fatos e argumentos, tal como se verifica, predominantemente, no texto apresentado.
- 5 O texto trata da alteração do significado original da palavra “sonho”, que, com o passar dos anos, assumiu diferentes sentidos, os quais remetem a um plano ou a um desejo no futuro.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Em momento algum do texto, afirma-se que a palavra “sonho” mudou seu sentido original. O que o texto traz de informação é que essa palavra significa muitas coisas que têm em comum o fato de remeterem a um plano futuro ou a um desejo futuro. O que se afirma no item extrapola as informações do texto.

- 6 Depreende-se do texto que a impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo e compromete quantitativa e qualitativamente a capacidade das pessoas de sonhar.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Embora o texto afirme que a “impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo” e que essa impossibilidade de dormir (por conta das dificuldades do sono, da falta de tempo para dormir ou das interferências externas no sono) reflita diretamente na (pouca) qualidade do sono e, conseqüentemente, na qualidade dos sonhos, não está de acordo com as ideias do texto a afirmação de que a impossibilidade de dormir comprometa a capacidade das pessoas de sonhar, em termos quantitativos. Como se lê no texto, “Sonha-se muito”. Logo, a capacidade de sonhar não é afetada em seus aspectos quantitativos. Assim, afirmar que esses dois aspectos do sonho são afetados está em desacordo com as ideias apresentadas no texto.
- 7 Conforme o texto, o sonho noturno, por suas características, é um território de liberdade acessível a todas as pessoas.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Segundo o texto, o sonho noturno se caracteriza por “regras frouxas”, as quais permitem que “até os mais miseráveis” experimentem a liberdade de ir, ser e ter. O uso da palavra “até” serve para denotar inclusão, o que mostra que, enquanto, no mundo real, a experiência de ir, ser e ter é restrita, o sonho noturno desfaz essa restrição e permite a todos — inclusive aos miseráveis — experimentarem essa liberdade.
- 8 Segundo o texto, apesar da profusão de produtos para o sono bem como do crescimento rápido da indústria do sono, a recuperação do sono perdido ainda não foi alcançada pela população.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Embora a indústria do sono invista em colocar no mercado inúmeros produtos para o sono e embora essa indústria tenha crescido rapidamente, o seu objetivo, que é o de oferecer o sono perdido que a população tanto busca, ainda não foi alcançado, uma vez que, “Mesmo assim impera a insônia” (l. 35 e 36).

No que se refere aos sentidos do texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 9 O vocábulo “gritante” (l.28) está empregado com o mesmo sentido de **chocante**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “gritante” possui o significado de evidente, claro, óbvio, enquanto “chocante” significa algo que abala, choca, escandaliza, sentido que não condiz com “gritante” no texto original.
- 10 O termo “ainda” (l.38) está empregado no texto com o mesmo sentido de **embora**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “ainda” está empregado como advérbio no texto, com o sentido de “até então, até o momento”. Não tem valor concessivo, portanto não é equivalente a “embora”.
- 11 A palavra “cornucópia” (l.33) está empregada no texto com o sentido de **abundância, profusão, grande quantidade**.
JUSTIFICATIVA: CERTO. No texto, a palavra “cornucópia” significa “abundância”, “profusão”, “grande quantidade”, e se refere à imensa quantidade de remédios que a indústria do sono produz como um dos meios de ajudar as pessoas na sua busca do sono perdido.

- Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.
- 12 Sem prejuízo da informação originalmente veiculada pelo texto, a forma verbal “acometem” (l.26) poderia ser substituída por **atacam**, dados os sentidos do verbo **acometer** e o contexto em que ele foi empregado no texto.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Os dicionários apontam “atacar” como sinônimo de “acometer”. Dado o contexto, a substituição por esse sinônimo não prejudicaria a informação veiculada, até porque ambas as formas verbais estão flexionadas no mesmo tempo, modo, pessoa e número verbais.
- 13 O uso de reticências no trecho “altamente... desejáveis” (l.19) reforça a expressividade do que o autor deseja sugerir com relação à intensificação da equivalência entre sonho e desejo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. As reticências denotam interrupção ou incompletude do pensamento, ou hesitação em enunciá-lo. No caso, a interrupção sugere uma disposição de intensificação da avaliação subjetiva do autor do texto acerca da relação entre sonho e desejo.
- 14 O trecho “privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico” (l.24) refere-se, textualmente, à “liberdade de ir, ser e principalmente ter” (l.21).
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a liberdade de ir, ser e ter é, no contexto real, privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.
- 15 Seriam preservados o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o trecho ‘sonho é igual a desejo’ (l. 19 e 20) fosse substituído por **sonhar é igual a desejar**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Haveria incorreção gramatical no trecho reescrito, em virtude do emprego incorreto do acento grave indicativo de crase.
- 16 A retirada da vírgula após a palavra “veleiros” (l.18), apesar de manter a correção gramatical do texto, alteraria seu sentido original.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A omissão da vírgula é gramaticalmente correta e, no período, produz diferença interpretativa em relação à versão original com a vírgula. No original, a sequência “capazes (...) desejáveis” refere-se ao termo “os sonhos”, funcionando como predicativo. Na versão sem a vírgula, a mesma expressão passa a se referir a “veleiros”, funcionando como adjunto.
- 17 A construção “sonha-se”, presente três vezes no último parágrafo do texto, indica que a ação verbal é resultado da intervenção de um agente cuja referência é indefinida.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Em todos os seus usos no último parágrafo, o pronome “se” aparece associado ao uso intransitivo do verbo “sonhar”. Nesse caso, a construção “sonha-se” é uma estrutura de indeterminação do sujeito, a qual tem como efeito sintático a impossibilidade de manifestação do agente responsável pela ação verbal e, como efeito semântico-pragmático, a indeterminação da referência a esse agente.
- 18 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, a forma verbal “são” (l.2) poderia ser substituída por **tratam-se de**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa substituição acarreta dois erros. O primeiro deles é sintático, uma vez que, segundo a gramática normativa, o verbo “tratar”, na expressão “tratar-se de”, é analisado como um verbo impessoal. Sendo impessoal, ele não requer sujeito. O segundo é semântico, uma vez que a expressão “tratam-se de” não é sinônima da forma “são”.

19 No último período do terceiro parágrafo do texto, todas as orações iniciadas pela conjunção “se” poderiam ser introduzidas por **quando**, sem prejuízo do sentido original do texto.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A substituição pela conjunção “quando” alteraria o sentido original do texto, emprestando à relação entre as orações um sentido temporal inexistente no original.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens seguintes.

20 No trecho “quando a insônia grassa e o bocejo se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho” (l. 41 e 42), o emprego da vírgula é facultativo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A vírgula em questão é obrigatória para separar a oração subordinada, deslocada, da oração principal.

21 A mesma regra de pontuação justifica o emprego de vírgula após as expressões “No século XXI” (l.30) e “A indústria da saúde do sono” (l. 33 e 34).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No primeiro caso, a vírgula se justifica pelo deslocamento do adjunto adverbial de lugar para a posição de tópico da frase e, no segundo, pela necessidade de marcar o início de uma intercalação de um termo explicativo.

22 Na linha 36, o termo “a insônia” exerce função de complemento da forma verbal “imperar”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “a insônia” exerce função de sujeito do verbo em questão.

23 O emprego da expressão “Todo mundo” (l.4) é um recurso de indeterminação do sujeito sintático da oração, dado o seu sentido generalizante.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Ainda que, semanticamente, o termo “Todo mundo” não permita a identificação de um agente específico, em termos sintáticos é ele o sujeito expresso da forma verbal “tem”. Portanto, pela análise sintática, o sujeito da oração é simples e determinado.

24 Nas linhas 25 e 26, os termos “diário” e “de tempo” desempenham a mesma função sintática.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os termos “diário” e “de tempo” não têm a mesma função sintática: “diário” é adjunto de “trabalho”, enquanto “de tempo” é complemento de “falta”.

25 Prejudicaria a correção do texto o deslocamento da forma pronominal “nos”, em “levar-nos” (l.18), para imediatamente antes da forma verbal “levar”— **nos levar**.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Quando o infinitivo é impessoal (isto é, não flexionado) e aparece antecedido de preposição, a próclise e a ênclise são possibilidades igualmente corretas de colocação pronominal.

26 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se inserisse acento indicativo de crase na expressão “a granel” (l.43).

JUSTIFICATIVA: CERTO. A palavra “granel” é masculina e, por essa razão, não pode ser antecida de artigo definido feminino, o que impossibilita o uso do acento grave na expressão “a granel”.

27 No trecho “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea” (l. 25 a 28), o pronome “que” exerce a função de sujeito das formas verbais “acometem” e “são”, as quais estão empregadas no plural porque concordam com o antecedente desse pronome: o sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A explicação para o plural na flexão das duas formas verbais é diferente. Cada verbo encontra-se em uma oração, e as relações de concordância se dão dentro dessas orações. A forma “acometem” encontra-se dentro da oração relativa “que acometem a maioria dos trabalhadores” e, nesse caso, aplica-se a explicação apresentada no item, qual seja, a de que esse verbo concorda com o pronome relativo “que” (l.26), o qual se refere ao sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar” (l. 25 e 26). A forma verbal “são”, por sua vez, encontra-se na oração principal “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar ... são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”. Nesse caso, não existe pronome relativo na oração; a concordância se dá entre o verbo e o próprio sujeito composto “A rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar”.

No que diz respeito ao espaço urbano do Distrito Federal (DF) e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

28 No que tange ao uso de serviços de saúde, local de estudo e trabalho, a evidente polarização observada entre o Plano Piloto e as regiões administrativas do DF é igualmente presente entre Brasília e todos os municípios da RIDE, devido a sua dependência econômica em relação à capital, de modo que eles mantêm o perfil de cidades-dormitórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo estudos da polarização da RIDE, verifica-se que a polarização é menos elevada entre determinados municípios da RIDE e Brasília, considerada média em Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina e Padre Bernardo, e baixa em Formosa, Cristalina, Luziânia, Alexânia e Cocalzinho de Goiás. A polarização é mais elevada em Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental.

29 Com o plano urbanístico de Brasília, Lúcio Costa pretendia que as superquadras fossem lugares livres dos preconceitos sociais que normalmente existem na classe média das cidades brasileiras, contudo, na prática, a formação espacial de Brasília contém os mesmos traços característicos dos processos sociais que evidenciam o caráter desigual e excludente das formações dominadas por relações capitalistas de trabalho em outras grandes cidades brasileiras.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Apesar do planejamento urbanístico para Brasília e do discurso desenvolvimentista da época, na prática a cidade apresenta as mesmas contradições das outras grandes cidades brasileiras, tais como formação de área metropolitana com periferias empobrecidas e seletividade espacial, ou seja, segregação das classes sociais.

30 O espaço urbano do DF acumulou, nas últimas décadas deste século, um déficit habitacional principalmente entre as classes de baixa renda e, para atender a demanda dessas famílias, tem adotado programas habitacionais, sendo exemplo disso o empreendimento Jardins Mangueiral, desenvolvido por parceria público-privada na região administrativa de São Sebastião como modelo de atendimento para a classe de menor rendimento da Unidade de Planejamento Territorial Leste (UPT).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O empreendimento Jardins Mangueiral privilegiou o atendimento para as classes de rendimento mediano e de menor déficit habitacional. Visou os não residentes das RA empobrecidas da UPT Leste. O projeto foi voltado à realização de habitação de mercado.

31 O tombamento de Brasília foi concedido em 1987 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tornando-se a capital federal detentora da maior área tombada do mundo e único bem contemporâneo a receber tal distinção. Para a preservação desse bem, existe o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que define, além dos planos de desenvolvimento local, diversos planos de desenvolvimento e de uso e ocupação do solo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O tombamento de Brasília, concedido pela UNESCO em 1987, prevê a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, único bem contemporâneo tombado no mundo. Para sua preservação, foi necessária a definição territorial da área tombada, conforme o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

No contexto da Independência do Brasil (1822), importantes personalidades, como José Bonifácio e Hipólito da Costa, já defendiam a transferência da capital para o interior do país. Na República, as Constituições de 1891, 1934 e 1946 tratavam do tema. Todavia, só na segunda metade dos anos 50 as obras da nova sede político-administrativa do Brasil foram implementadas no Planalto Central. A inauguração de Brasília se deu em 21 de abril de 1960.

Considerando aspectos marcantes do processo de transferência da capital brasileira para o interior do país e de sua consolidação como sede dos Poderes da República, ao longo de seis décadas, julgue os itens seguintes.

32 Historicamente, dois argumentos foram utilizados para justificar a necessidade de transferência da capital brasileira do litoral para o interior do país: inicialmente, o da defesa, pois isso a tornaria menos suscetível a ataques pelo mar; mais tarde, a possibilidade de promover a interiorização do desenvolvimento nacional pela ocupação de áreas do vasto território até então negligenciadas.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A ideia da mudança da capital é tão antiga quanto a existência do Brasil independente. As justificativas variavam com o tempo, mas ganhou força o papel de indutor da interiorização do desenvolvimento a partir da Era Vargas (“Marcha para o Oeste”).

33 A construção de Brasília, no governo Juscelino Kubistchek de Oliveira, não ficou imune à ação oposicionista, tendo a oposição à mudança da capital sido liderada pela seção goiana da União Democrática Nacional (UDN), contrária à cessão de parte do território de Goiás para o novo Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Na UDN, a seção do Partido em Goiás foi exceção ao apoiar entusiasticamente a decisão de JK (que era do PSD) de transferir a capital para o coração do País.

34 Tendo por objetivo a articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, Lei Complementar de 1998 criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), acompanhada do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme a Lei Complementar n.º 94.

35 A inexistência de conflitos e de eventuais confrontos entre os trabalhadores, principalmente os operários — conhecidos como candangos —, e as forças de segurança foi nota de destaque ao longo dos trabalhos de construção da nova capital.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os candangos foram a maioria absoluta dos trabalhadores que edificaram Brasília. Choque e confrontos aconteceram em bom número, um dos quais ficou conhecido como massacre.

Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

36 Servidor público aposentado no ano de 2015 pode ser revertido, voluntariamente, ao serviço público até o ano de 2020, desde que haja cargo vago e interesse da administração manifestado expressamente em edital.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A reversão pode ocorrer voluntariamente, se houver interesse da administração e cargo vago, quando decorridos menos de cinco anos da aposentadoria. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 34. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: (...) III – voluntariamente, desde que, cumulativamente: a) haja manifesto interesse da administração, expresso em edital que fixe os critérios de reversão voluntária aos interessados que estejam em igual situação; b) tenham decorrido menos de cinco anos da data de aposentadoria; c) haja cargo vago.”

37 Servidor público que acumule dois cargos em comissão — um deles interinamente — e que venha a exercer cumulativamente as atribuições de ambos fará jus ao acúmulo remuneratório dos cargos, mesmo no período da interinidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No período do exercício dos dois cargos, o servidor deverá optar pela remuneração de um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 15. O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, hipótese em que deve: I – acumular as atribuições de ambos os cargos; II – optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.”

38 Servidor público que acumular ilegalmente cargos públicos, mesmo que de boa-fé, estará sujeito à sanção de demissão.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A sanção de demissão é prevista para servidor público que tenha agido com má-fé comprovada. Em caso de boa-fé, a sanção cabível é a exoneração.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 48. Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação. (...) § 6º Caracterizada no processo disciplinar a acumulação ilegal, a administração pública deve observar o seguinte: I – reconhecida a boa-fé, exonerar o servidor do cargo vinculado ao órgão, autarquia ou fundação onde o processo foi instaurado; II – provada a má-fé, aplicar a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos ou empregos em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação devem ser comunicados.”

39 Servidor público ocupante de cargo efetivo faz jus a três meses de licença-servidor a cada cinco anos de efetivo serviço; porém, se o servidor faltar por mais de trinta dias durante o período aquisitivo, sem apresentar justificativa, a contagem do prazo para aquisição é interrompida, retardando-se a concessão do benefício na proporção de um dia para cada falta que exceder a esse período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A contagem do prazo é interrompida na proporção de um mês para cada falta injustificada que o servidor tiver durante o período aquisitivo. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 139. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a 3 meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive da retribuição do cargo em comissão, função de confiança ou função gratificada escolar (FGE) que eventualmente exerça.

Art. 140. A contagem do prazo para aquisição da licença-servidor é interrompida quando o servidor, durante o período aquisitivo: I – sofrer sanção disciplinar de suspensão; II – licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.

Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardam a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.”.

40 Servidor público cujo local de trabalho habitual seja insalubre e lhe gere risco de vida faz jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, porém deve optar por apenas um deles, já que são benefícios inacumuláveis.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deve optar por um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 79. O servidor que trabalha com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida faz jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade tem de optar por um deles.”.

Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal e no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue os itens seguintes.

41 A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais dispensa a aprovação de nova lei para criação de conselho tutelar dessa mesma região.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais cria automaticamente o conselho tutelar para a respectiva região. Lei Orgânica do Distrito Federal: “Art. 13. A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais. Parágrafo único. Com a criação de nova Região Administrativa, fica criado, automaticamente, Conselho Tutelar para a respectiva região. (Parágrafo acrescido pela Emenda à Lei Orgânica n.º 83, de 2014)”.

42 Secretário executivo de secretaria de estado do Distrito Federal pode exercer, de forma não remunerada, encargo de mandatário, desde que isso não implique a prática de atos empresariais.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O exercício não remunerado de secretário executivo de encargo de mandatário pode ocorrer, desde que não implique a prática de atos empresariais.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO I

Art. 1º Fica instituído o Código de Conduta da Alta Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, cujas normas aplicam-se às seguintes autoridades: I – Secretários de Estado, Secretários de Estado Adjuntos, Secretários Executivos e Subsecretários, bem como cargos de natureza equivalente;

(...)

Art. 17. É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função.”.

43 Servidor público da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no exercício da sua função, deixar de tratar com urbanidade e cordialidade cidadão que procurar o órgão para apresentar requerimento administrativo estará sujeito a responder pela sua conduta perante a comissão de ética do órgão, que poderá aplicar-lhe a penalidade de censura ética ou suspensão do cargo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A penalidade prevista no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo é de censura ética, não estando prevista a suspensão do cargo público.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO II

(...) Art. 6º É dever do servidor ou empregado público: I – agir com cordialidade, urbanidade, disponibilidade e atenção com todos os usuários do serviço público; (...)

Art. 12. A violação aos dispositivos estabelecidos no presente Código enseja ao servidor ou empregado público infrator a aplicação de censura ética.”.

Com base no disposto no Decreto distrital n.º 36.756/2015 que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), julgue os itens a seguir.

44 A fim de evitar o vazamento de informações sigilosas, o SEI contempla, entre os seus objetivos, o de limitar o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O inciso IV do art. 2º do Decreto distrital n.º 36.756/2015 apresenta como um dos objetivos do SEI a facilitação do acesso à informação.

45 O órgão gestor do SEI é a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem cabe garantir recursos de tecnologia da informação, equipe técnica especializada, recursos materiais e estrutura de gestão para a manutenção e a sustentação do sistema.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Arts. 3.º-A e 5.º, inciso X, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

46 O SEI é o sistema oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais no âmbito dos órgãos e das entidades do Distrito Federal, sendo vedada qualquer iniciativa de implantação de sistema semelhante e com o mesmo propósito.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 1.º, combinado com seu § 1.º, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

À luz da Lei Complementar n.º 395/2001 que trata da organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, julgue os itens subsequentes.

- 47 A lei prevê que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal seja chefiada pelo procurador-geral, que é escolhido pelo governador do Distrito Federal, dentre os procuradores do Distrito Federal em atividade, devendo ser aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 48 O procurador-corregedor será eleito em escrutínio secreto dentre os membros da carreira de procurador do Distrito Federal e nomeado pelo governador do Distrito Federal para mandato de dois anos, permitida a recondução por um único período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 8.º da Lei Complementar n.º 395/2001, o procurador-corregedor será nomeado pelo governador do Distrito Federal, por indicação do procurador-geral do Distrito Federal.

- 49 O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal é composto pelo procurador-geral, que o preside, e por dez membros titulares e dez suplentes.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 10, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 50 O titular da Procuradoria-Geral do Distrito Federal possui as mesmas prerrogativas, direitos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 3.º da Lei Complementar n.º 395/2001, “a Procuradoria-Geral do Distrito Federal é equiparada, para todos os efeitos, às secretarias de estado e seu titular tem as prerrogativas, direitos e vantagens de secretário de estado”.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da concessão comum de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 51 O governo do Distrito Federal não responde, nem mesmo subsidiariamente, por dano causado ao usuário quando da prestação de serviço delegado, uma vez que a delegação do serviço público exclui a responsabilidade do Estado.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O Governo do Distrito Federal responde, ao menos subsidiariamente, em caso de incapacidade financeira do concessionário.
- 52 A legislação que disciplina as concessões estabelece o prazo legal máximo de trinta e cinco anos para a concessão comum de serviços públicos, admitida uma única prorrogação.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A lei que dispõe sobre concessões (Lei n.º 8.987/1995) não estipula prazo máximo para a concessão comum de serviços públicos. Trinta e cinco anos é o prazo previsto para parceria público-privada, nos termos do inciso I do art. 5.º da Lei n.º 11.079/2004.
- 53 A declaração de caducidade do contrato por descumprimentos imputados à concessionária independe de processo judicial prévio.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A declaração de caducidade do contrato por descumprimentos imputados à concessionária depende de prévio processo administrativo, mas não de processo judicial, nos termos do § 2.º do art. 38 da Lei n.º 8.987/1995.
- 54 **Situação hipotética:** Com o advento de termo contratual, uma concessionária de serviço público do Distrito Federal pleiteou o ressarcimento do valor utilizado na aquisição de um equipamento de ponta que não era exigido contratualmente nem fora utilizado na prestação do serviço.
Assertiva: O governo do Distrito Federal poderá negar-se a indenizá-la, alegando não se tratar de bem reversível.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Interpretação aplicada ao art. 36 da Lei n.º 8.987/1995.
Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- 55 Caso o governo do Distrito Federal diminua tributo incidente sobre o combustível utilizado por máquina necessária à prestação de serviço público pela concessionária, não caberá revisão da tarifa cobrada pelo serviço, pois esta medida é permitida somente na hipótese de majoração ou criação de tributo.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Cabe revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o § 3.º do art. 9.º da Lei n.º 8.987/1995.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou projeto de lei que obrigava as empresas concessionárias prestadoras de serviços de telefonia fixa a individualizar determinadas informações nas faturas de consumo. Esse projeto de lei foi sancionado pelo governador, porém, um ano depois, ele decidiu questionar a constitucionalidade da lei.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, à luz do entendimento do STF.

- 56 A referida lei distrital é inconstitucional, por tratar de direito do consumidor, matéria de competência exclusiva da União.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A matéria é de competência privativa da União, e não exclusiva. Além disso, direito do consumidor é matéria concorrente. A lei distrital, ao obrigar as empresas concessionárias prestadoras de serviços de telefonia fixa a individualizar determinadas informações nas faturas, dispôs sobre matéria de competência privativa da União. (ADI 3.322, voto do rel. min. Gilmar Mendes, j. 2/12/2010, P, DJE de 29/3/2011)
- 57 A lei distrital seria constitucional se houvesse lei complementar que autorizasse o Distrito Federal a legislar sobre questão específica.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A lei distrital, ao obrigar as empresas concessionárias prestadoras de serviços de telefonia fixa a individualizar determinadas informações nas faturas, dispôs sobre matéria de competência privativa da União. (...) conforme afirma o requerente, não há lei complementar que, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição, autorize os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questão específica em matéria de telecomunicações. Com essas breves considerações, voto no sentido da procedência desta ação direta, com a consequente declaração de inconstitucionalidade da Lei distrital 3.426/2004. (ADI 3.322, voto do rel. min. Gilmar Mendes, j. 2/12/2010, P, DJE de 29/3/2011)
- 58 Caso não exista norma federal geral sobre a matéria de que versa a referida lei, o Distrito Federal poderá exercer a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades nessa matéria.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O § 3.º do art. 24 da Constituição Federal de 1988 afirma que “Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades”. Tal dispositivo, contudo, aplica-se a temas de competência concorrente, o que não é o caso, já que se trata de competência privativa da União.
- 59 O governador poderá questionar a constitucionalidade da lei distrital em questão, apesar de não ter vetado o respectivo projeto de lei.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. (ADI 2.867, rel. min. Celso de Mello, j. 3/12/2003, P, DJ de 9/2/2007)

60 É cabível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a fim de questionar a constitucionalidade da referida lei distrital.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No caso, caberia ADIN, e não ADPF, que se materializa em ação subsidiária. Arguição de descumprimento de preceito fundamental: distinção da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade. O objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental há de ser “ato do poder público” federal, estadual, distrital ou municipal, normativo ou não, sendo, também, cabível a medida judicial “quando for relevante o fundamento da controvérsia sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição”. (ADPF 1 QO, rel. min. Néri da Silveira, j. 3/2/2000, P, DJ de 7/11/2003)

Considerando a hipótese de que um cidadão tenha iniciado a construção de uma casa sobre nascente perene em área rural do Distrito Federal, em 2018, julgue os itens a seguir.

61 As áreas de nascente perene são unidades de conservação protegidas por lei.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As áreas de nascente são áreas de preservação permanente, conforme inc. IV do art. 4.º da Lei n.º 12.651/2011: “Art. 4.º. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: (...) IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;”.

62 O embargo da obra é uma das sanções administrativas cabíveis na referida situação hipotética.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A legislação prevê embargo da obra ou da atividade e suas respectivas áreas, conforme art. 3.º, inc. VII, e art. 101, inc. II, do Decreto n.º 6.514/2008.

63 Caso a obra estivesse concluída e servisse de residência a uma família, sem impor riscos de agravamento do dano ambiental ou graves riscos à saúde, não caberia a sanção administrativa de demolição, nos termos do Decreto n.º 6.514/2008.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Decreto n.º 6.514/2008: “Art. 112. A demolição de obra, edificação ou construção não habitada e utilizada diretamente para a infração ambiental dar-se-á excepcionalmente no ato da fiscalização nos casos em que se constatar que a ausência da demolição importa em iminente risco de agravamento do dano ambiental ou de graves riscos à saúde. (...) § 3.º A demolição de que trata o *caput* não será realizada em edificações residenciais.

64 Construir casa sobre nascente perene é infração administrativa punível com multa, no valor de quinhentos reais a cinquenta mil reais, estipulado com base nos hectares ou na fração de terra onde a edificação estiver construída ou crime ambiental passível de pena de detenção de um a três meses.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Exige-se do candidato que ele saiba da cumulatividade das sanções e dos seus patamares mínimos e máximos.

Decreto n.º 6.514/2008: “Art. 43. Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural ou utilizá-las com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, quando exigível, ou em desacordo com a obtida: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por hectare ou fração.”

Lei n.º 9.605/1998: “Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Pena – detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.”

65 Se a casa estivesse em área urbana, a construção sobre a nascente seria regular.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As áreas de preservação permanente são protegidas em áreas rurais e urbanas, conforme a Lei n.º 12.651/2011: “Art. 4.º. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: (...) IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;”.

66 O órgão ambiental do Distrito Federal não detém competência para propor ação civil pública por falta de interesse de agir com o objetivo de obrigar o particular a demolir a casa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. ADMINISTRATIVO, AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO IBAMA COM A FINALIDADE DE DEMOLIÇÃO DE IMÓVEL CONSTRUÍDO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, BEM COMO DE RESSARCIMENTO DOS DANOS CAUSADOS. NÍTIDO INTERESSE DE AGIR. PRECEDENTES DO STJ.

1. O Ibama tem interesse de agir em ações que objetivam ordem judicial de demolição de imóvel construído em área de preservação ambiental, nada obstante haver procedimento administrativo em trâmite. Nesse sentido: REsp 1246443/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, Dje 13/4/2012; REsp 859.914/PB, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, Dje 16/6/2010; REsp 789.640/PB, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, Dje 09/11/2009; REsp 826.409/PB, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ 25/05/2006.

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1312668/PB, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 3/9/2013, Dje 11/9/2013).

Lei n.º 7.347/1985: “Art. 1.º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio ambiente; (...) Art. 5.º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (...) IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;”.

Acerca da interpretação e integração das leis e de contrato de locação de coisas, julgue os itens subsequentes.

- 67** No direito brasileiro, os costumes são considerados uma fonte do direito que sempre prevalece sobre a lei.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os costumes consistem na prática de determinadas condutas repetidas de maneira uniforme e reiterada pela sociedade. No ordenamento jurídico brasileiro, o costume é considerado uma fonte subsidiária do direito e não prevalece sobre a lei. Segundo disciplina o art. 4.º do Decreto-lei n.º 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”. Conforme se depreende do texto legal, as fontes subsidiárias só podem ser aplicadas nos casos em que a lei for omissa.
- 68** O contrato de locação de bem imóvel envolvendo particulares pode ser firmado por instrumento público ou particular.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O art. 104 do Código Civil define que a validade do negócio jurídico requer: “I – agente capaz; II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III – forma prescrita ou não defesa em lei.”. A legislação civil em vigor não normatiza nem faz qualquer restrição quanto à forma com que o contrato de locação de bens imóveis deve ser firmado. Desse modo, conclui-se do referido dispositivo do Código Civil que o contrato de locação de bem imóvel pode ser firmado por instrumento público ou particular.

Acerca da responsabilidade civil e de bens públicos, julgue os itens a seguir.

- 69** Segundo o ordenamento jurídico brasileiro vigente, aos danos oriundos de acidentes aéreos envolvendo transporte de passageiros se aplica a teoria da responsabilidade civil objetiva.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A responsabilidade civil objetiva, também denominada de culpa presumida ou teoria do risco, tem por fundamento promover a responsabilização independentemente de culpa. O parágrafo único do art. 927 do Código Civil admite a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. Por seu turno, o art. 734 do referido diploma legal define expressamente que “o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade”. Em função da natureza do serviço que envolve o transporte aéreo de passageiros, é aplicável a teoria da responsabilidade civil objetiva de que trata o art. 927, parágrafo único, combinado com o art. 734, ambos do Código Civil.
- 70** Os bens públicos de uso especial e os dominicais podem ser alienados independentemente da demonstração de desafetação.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 99 do Código Civil define as espécies de bens públicos (de uso comum, de uso especial e dominicais). O art. 101 do referido diploma legal dispõe que “os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei”. Já o seu art. 100 estabelece que “os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação”. Portanto, os bens dominicais podem ser alienados independentemente de desafetação, mas os bens públicos de uso especial só podem ser alienados se demonstrada a sua desafetação, ou seja, que não atendem mais ao interesse público.

Considerando que Cláudio seja um artista plástico conhecido nacionalmente como o filho da Atena (deusa das artes), julgue o próximo item.

- 71** O pseudônimo adotado por Cláudio, devido à ausência de singularidade, não goza das mesmas garantias legais atribuídas ao seu nome de registro.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A lei adjetiva civil brasileira regula os direitos da personalidade e reconhece o nome como um desses direitos que merece proteção legal (arts. 16, 17 e 18 do Código Civil). O art. 19 do referido diploma legal define que “o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome”. Portanto, o pseudônimo adotado por Cláudio goza das garantias legais atribuídas ao seu nome de registro.

Acerca de pressupostos processuais e advocacia pública, julgue os itens a seguir.

- 72** Em uma relação processual, o defeito na representação do autor constitui a falta de um pressuposto processual sanável, mas que pode provocar a extinção do processo sem resolução de mérito.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O art. 71 do Código de Processo Civil (CPC) define que o incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei. Assim, a representação processual constitui um pressuposto processual. O art. 76 do mesmo diploma legal define que o defeito na representação constitui um defeito sanável. Entretanto, se a parte não sanar tal defeito no prazo estipulado pelo juiz, o processo será extinto sem resolução de mérito (art. 76, § 1.º, inciso I, combinado com o art. 485, inciso IV, ambos do CPC).
- 73** Nos processos judiciais, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal goza de prazo privilegiado para contestar e recorrer, sendo comuns os prazos dos demais atos processuais.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 183 do CPC define que a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais. Portanto, o prazo dobrado é aplicável a todas as intervenções judiciais destinadas à fazenda pública, e não apenas para a contestação e o recurso.

Acerca de contestação, ação civil pública e incidente de assunção de competência, julgue os itens subsequentes.

- 74** Decorrido o prazo para o réu apresentar a contestação, resta-lhe precluso o direito de deduzir questões de ordem processual e meritória.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 342 do CPC define que: depois de decorrido o prazo para a contestação, é lícito ao réu deduzir alegações relativas a direito ou a fato superveniente (inciso I); que compete ao juiz conhecer delas de ofício (inciso II); e quando, por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição (inciso III). Por seu turno, o § 5.º do art. 337 do mesmo diploma legal define que “excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo”. Portanto, se o juiz pode conhecer de ofício sobre praticamente todas as questões de ordem processual elencadas no art. 337, não haverá preclusão sobre essas matérias, e o réu poderá alegá-las depois de decorrido o prazo para a contestação.

75 A ação civil pública é uma modalidade de ação constitucional que pode ser proposta por qualquer cidadão que pretenda prevenir ou reprimir danos que possam repercutir no meio social, tais como danos ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio público, além de outros direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A ação civil pública, disciplinada pela Lei n.º 7.347/1985, de fato é um instrumento processual que tem por objetivo reprimir ou prevenir danos sociais e coletivos sobre, por exemplo, o meio ambiente, o consumidor, o patrimônio público; os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico; a ordem urbanística; a honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos; e outros direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos. Entretanto, o cidadão não possui legitimidade para propor ação civil pública. Segundo disciplina o art. 194 da Lei n.º 7.347/1985, a legitimidade ativa é atribuída às pessoas jurídicas indicadas no seu art. 5.º.

76 O incidente de assunção de competência em recurso de competência originária de tribunal de justiça pode ser provocado a requerimento do recorrido.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O art. 947 do CPC define que “é admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos”. Por seu turno, § 1.º do mesmo dispositivo legal define que o relator proporrá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, que o incidente seja julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, quanto a recursos e cumprimento de sentença.

77 Flávio propôs ação de obrigação de dar coisa certa com pedido de liminar de antecipação de tutela em desfavor da fazenda pública, tendo o juiz concedido a liminar pleiteada. Nesse caso, contra a decisão do juiz, a procuradoria da fazenda pública poderá interpor recurso de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo da decisão agravada.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O art. 1.015, inciso I, do CPC define que cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias. Já o art. 1.019, inciso I, do mesmo diploma legal define que, ao receber o recurso de agravo, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso. Portanto, contra a decisão que deferiu a liminar concedida cabe recurso de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo da decisão impugnada.

78 Em ação de cumprimento de sentença que reconheceu a obrigação de pagar quantia certa, o executado apresentou impugnação, alegando excesso de execução, mas não apresentou o demonstrativo discriminado do débito nem indicou o valor que, no seu entender, seria correto. Nessa situação, o juiz deverá determinar a intimação do executado para emendar a impugnação no prazo legal, sob pena de indeferimento.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 525 do CPC define que, nas ações de cumprimento de sentença que reconhece a obrigação de pagar quantia certa, o executado poderá oferecer impugnação no prazo de 15 dias contados da intimação que ordena o pagamento. Entre outros fundamentos da impugnação se encontra o excesso de execução (art. 525, § 1.º, inciso V, do CPC). Entretanto, nesse caso, o executado deverá declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo (art. 525, § 4.º). Caso o executado não aponte o valor correto ou não apresente o demonstrativo de cálculo, a impugnação será liminarmente rejeitada (art. 525, § 1.º). Portanto, é causa de rejeição da impugnação, e não causa de emenda.

A respeito da rescisão do contrato de trabalho, julgue os itens seguintes, considerando o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

79 A ausência de regularidade no recolhimento do FGTS constitui falta grave do empregador, o que enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O TST tem entendimento de que a ausência de regularidade nos depósitos do FGTS constitui falta grave do empregador, motivo pelo qual o empregado pode pleitear a rescisão indireta do contrato de trabalho, com fundamento no art. 483, d, da CLT. Precedentes: RR 1000524-41.2018.5.02.0301, 8.ª Turma e E-ED-ED-RR 1902-80.2010.5.02.0058, SDI 1. Publicado em 10/3/2017, transitado em 31/3/2017.

80 Empresa que deseje aplicar justa causa a um empregado deverá comprovar a gradação das penas, a fim de atender ao caráter pedagógico do exercício do poder disciplinar.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O TST entende que a aplicação da justa causa é uma medida de exceção, e a empresa deve comprovar a gradação das penas antes de aplicar a justa causa. Precedente: AIRR 10473-88.2015.5.03.0138, 8.ª Turma, publicado em 7/1/2020.

No que se refere a férias, julgue os itens a seguir.

81 As férias de empregado que recebe salário fixo e comissões deverão ser calculadas com base no salário fixo por ele recebido.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No caso de empregados que recebem comissões, o valor das férias deve ser calculado tomando-se como base a média recebida de comissões nos 12 meses que precedem a concessão de férias. É o que dispõe o artigo 142, § 3.º, da CLT.

- 82 O empregado que tenha sido convocado para trabalhar três dias durante seu período de gozo de férias deverá receber da empresa o pagamento em dobro apenas dos dias de interrupção.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo com o entendimento do TST, a empresa deve pagar em dobro todo o período de férias, e não apenas o período de interrupção. Ou seja, no caso em análise, todo o período de férias deve ser pago em dobro, e não apenas os 3 dias que o empregado trabalhou durante as férias.

“Mas, para a relatora do recurso de revista da gerente, ministra Delaíde Miranda Arantes, a ocorrência de trabalho, ainda que em alguns dias, durante as férias, acarreta a obrigação de pagar todo o período em dobro, e não apenas dos dias de interrupção (art. 137 da CLT). A ministra observou que o trabalho durante as férias torna irregular a sua concessão, “uma vez que frustra a finalidade do instituto”. RR-684-94.2012.5.04.0024 – 2.ª Turma, TST.

Com relação à proteção ao trabalho da mulher, julgue o item subsequente.

- 83 **Situação hipotética:** Uma empregada demitida no mês de março descobriu, em maio, que estava grávida e que a data da gestação era anterior à de sua demissão. Ciente do fato, a empresa convocou a empregada para retornar ao emprego, o que foi recusado. **Assertiva:** Nesse caso, a empregada perde o direito à indenização compensatória decorrente da estabilidade da gestante.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O TST, ao julgar o processo: RR-1488-14.2017.5.09.0003, 2.ª Turma, publicado em 18/10/2019, teve o seguinte entendimento:

“A relatora do recurso de revista da promotora, ministra Delaíde Miranda Arantes, citou diversos precedentes para demonstrar que, de acordo com a jurisprudência do TST, a negativa da empregada de retornar ao emprego não inviabiliza o seu direito à indenização compensatória decorrente da estabilidade da gestante. Entre os fundamentos que levaram a esse entendimento está o fato de a estabilidade ser um direito irrenunciável, pois a consequência da renúncia atingiria também o bebê.”.

A respeito de atividades insalubres e perigosas, julgue o item subsequente, com base no entendimento jurisprudencial do TST.

- 84 Empregado que exerça atividades consideradas insalubres e perigosas, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos, não pode cumular o recebimento dos respectivos adicionais.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O TST não permite a cumulação do recebimento dos adicionais de insalubridade e periculosidade. A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI - 1) do TST decidiu que não é possível o recebimento cumulativo dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos. A decisão, por maioria, foi proferida no julgamento de incidente de recurso repetitivo, e a tese jurídica fixada será aplicada a todos os casos semelhantes.

IRR-239-55.2011.5.02.0319, SBDI - 1, publicado em 9/9/19.

No que se refere a suspensão e interrupção do contrato de trabalho, julgue o próximo item.

- 85 Os dias em que o empregado se ausentar do trabalho para prestar exame de vestibular para ingresso em curso superior são considerados como interrupção do contrato de trabalho.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Os casos de interrupção do contrato de trabalho estão previstos no art. 473 da CLT.

O art. 473 da CLT apresenta determinadas situações em que falta ao serviço não prejudicará por consequência o salário, como: g) Nos dias em que estiver realizado exame vestibular para ingresso ao ensino superior.

No que diz respeito às partes e aos procuradores no processo do trabalho bem como aos julgamentos na justiça do trabalho, julgue os itens a seguir, conforme o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

- 86 No caso de um município figurar como parte em um processo do trabalho, a intimação do procurador dos atos processuais deverá ser feita pessoalmente.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O TST considerou nula uma condenação a um município porque a intimação do procurador ocorreu por meio eletrônico e não pessoal.

16/10/19 – A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou a nulidade de todas as decisões e dos atos processuais praticados a partir da inclusão em pauta de um recurso ordinário do Município de Canoas (RS) sem a intimação pessoal do procurador municipal. Segundo a Turma, há registro apenas da inclusão do processo na pauta de julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região (RS), mas não da intimação pessoal do procurador do município, como exige a lei.

No caso, no entanto, a ministra não verificou no processo digitalizado a efetiva intimação pessoal do município da inclusão do recurso na pauta de julgamento do TRT, “seja por carga, remessa ou disponibilização por meio eletrônico”. Segundo ela, não há registro de que o ente público esteja cadastrado no portal do Tribunal Regional nem certidão da efetivação da intimação, conforme prevê a Lei n.º 11.419/2006. RR-21348-89.2015.5.04.0203. 8.ª Turma, publicado em 20/9/2019, transitado em 8/11/2019.

- 87 Acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, exceto no que se refere às contribuições previdenciárias.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A jurisprudência do TST possui entendimento de que acordo homologado judicialmente é irrecorrível. 24/10/19 - A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou incabível a interposição de recurso pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) à homologação pela Justiça do Trabalho do acordo celebrado entre a Unirio Manutenção e Serviços Ltda. e o Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, Empresas de Prestação de Serviços em Asseio, Conservação, Higiene, Desinsetização, Portaria, Vigia e dos Cabineiros de Belo Horizonte. Segundo a CLT e a jurisprudência do TST, o acordo homologado judicialmente é irrecorrível.

O relator do recurso de revista do sindicato na Segunda Turma, ministro José Roberto Pimenta, afirmou que o TRT, ao admitir o recurso ordinário, contrariou a jurisprudência do TST. De acordo com o item V da Súmula 100 do TST, o acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, na forma do art. 831, parágrafo único, da CLT. “Assim sendo, o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial”, concluiu.

RR-547-17.2013.5.03.0021, 2.ª Turma, publicado em 27/9/2019, negado provimento aos embargos, publicado em 4/12/2019.

No que diz respeito à revelia, às provas e ao cabimento de mandado de segurança na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento jurisprudencial do TST.

- 88 O fato de uma notificação ter sido enviada para endereço incorreto não afasta a revelia da empresa, já que sua entrega é presumida após 48 horas do momento em que foi realizada a postagem.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A entrega da notificação é presumida após 48 horas depois da postagem, mas desde que feita no endereço correto. Assim entendeu o TST.

A relatora, ministra Delaíde Miranda Arantes, observou que a citação no processo do trabalho é regida pela regra da impessoalidade: a notificação é enviada para o endereço da empresa informado pelo empregado e sua entrega é presumida 48 horas depois da postagem (Súmula 16 do TST). “É razoável, todavia, entender-se que a presunção somente se estabelece quando remetida a notificação para o endereço correto”, assinalou.

No caso, a ministra observa que o próprio TRT deixa evidente o equívoco na remessa. “Não supre essa lacuna a verificação pelo Tribunal Regional de que o site da empresa indicava a existência de uma das filiais no local, pois, salvo notícia em contrário, não se trata do mesmo endereço”, concluiu.

RR-901-30.2013.5.05.0007, 2.^a Turma, publicado em 30/8/2019, transitado em 20/9/2019.

- 89 A ausência de assinatura do empregado nos cartões de ponto torna inválida a prova da jornada de trabalho.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A jurisprudência do TST não considera a ausência de assinatura no cartão de ponto como suficiente para invalidar a prova da jornada de trabalho.

A relatora do recurso de revista da Via Varejo, ministra Dora Maria da Costa, assinalou que, de acordo com a jurisprudência do TST, a mera falta de assinatura não invalida os cartões como meio de prova. Ela explicou que o art. 74 da CLT exige que o empregador com mais de dez empregados controle a jornada de trabalho mediante sistema de registro, mas não prevê que os cartões de pontos tenham de obrigatoriamente ser assinados pelos empregados.

RR-1601-68.2012.5.01.0066, 8.^a Turma, publicado em 22/11/2019, transitado em 16/12/2019.

- 90 É cabível a impetração de mandado de segurança quando empresa e empregado pactuam acordo e o juiz não o homologa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Homologação de acordo constitui faculdade do juiz, independente da vontade das partes. SUM-418 MANDADO DE SEGURANÇA VISANDO À HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO (nova redação em decorrência do CPC de 2015)-Res. 217/2017, DEJT divulgado em 20, 24 e 25/4/2017. A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

Relativamente aos crimes contra a administração pública e contra a fé pública, julgue os itens subsequentes.

- 91 No crime de peculato, aplica-se, de regra, o princípio da insignificância quando o bem apropriado, desviado ou subtraído for de pequeno e inexpressivo valor patrimonial.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo estabelece a Súmula n.º 599 do STJ “o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.”. Apesar de recentes julgados mitigando a aplicação da Súmula em face da eventual inexistência de interesse social e diante da inexpressiva lesão jurídica provocada, de regra, prevalece o seguinte entendimento perante aquela Corte: As condutas formalmente típicas praticadas contra a administração pública não deverão ser consideradas insignificantes, ainda que desprovidas de ofensividade, periculosidade social e reduzido grau de reprovabilidade, bem como o irrisório valor econômico suportado pelo Estado. É que os crimes contra a administração pública têm como objetivo resguardar não apenas o aspecto patrimonial, mas, principalmente, a moral administrativa. Assim, é correto afirmar que o referido princípio não é aplicável, de regra, aos crimes contra a administração pública.

- 92 O servidor público que aceitar vantagem indevida oferecida pelo particular para a prática de determinado ato de ofício, responderá, em concurso com o particular, pelo crime de corrupção ativa, ainda que a vantagem não se concretize.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No caso em questão, haverá dois crimes: o particular responderá pela corrupção ativa pelo fato de ter oferecido a vantagem, enquanto o agente público responderá pelo delito de corrupção passiva ao aceitar a vantagem solicitada. (conf. arts. 333 e 317 do Código Penal)

- 93 No crime de advocacia administrativa não importa o fato de ser lícito ou ilegítimo o interesse patrocinado ou apadrinhado pelo agente público.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Prevê o Código Penal em seu art. 321, o delito de advocacia administrativa. Assim, conforme o referido dispositivo legal, não importa o fato de ser lícito ou ilícito o interesse apadrinhado pelo agente público, configurando-se em qualquer uma das hipóteses, o crime em tela. Acaso seja ilegítimo o interesse, incidirá a agravante do parágrafo único.

- 94 O funcionário público é o sujeito ativo tanto em crimes de supressão de documento público quanto nos de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, em benefício próprio ou alheio.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, está previsto no art. 314, do CP e compreende a conduta de “extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonega-lo ou inutiliza-lo, total ou parcialmente.”. Tem como objetividade jurídica o regular andamento das atividades administrativas e o sujeito ativo é o agente público incumbido da guarda do livro ou documento. Ao seu turno, o art. 305, do CP tipifica o delito de supressão de documento, nos seguintes termos: “Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor: Pena - reclusão, de dois a seis anos e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular.”

A objetividade jurídica no crime em tela é a fé pública, cuja proteção vem disciplinada no Título X, Capítulo III, do Código Penal, que trata da falsidade documental, podendo o sujeito ativo ser qualquer pessoa, inclusive o proprietário do documento.

Acerca das disposições relativas à prova no processo penal, julgue os itens seguintes.

- 95 O Código de Processo Penal elencou, taxativamente, os meios de prova, não sendo aceitos, por consequência, aqueles considerados atípicos ou inominados.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Conforme a doutrina, não se pode considerar o Código de Processo Penal (CPP) como limitativo em termos de meios de prova e tampouco interpretá-lo de forma restrita a ponto de considerar-se como exaustiva a regulamentação nele inserida. Na atualidade, é preciso ter em mente que a regulamentação dos meios de prova existente no CPP não é taxativa, podendo ser aceitos meios de provas atípicos ou inominados, vale dizer, sem regulamentação expressa em lei, amplitude esta que se justifica na própria busca da verdade real que, queiram ou não os adeptos de certas doutrinas extremadas que apregoam em sentido contrário, sempre será o fim do processo penal.

- 96 As presunções legais, quando absolutas, não aceitam prova contrária, porquanto constituem prova legal que vincula o convencimento do juiz.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Quanto à possibilidade de produção de prova em contrário, as presunções legais se dividem em absolutas e relativas. A presunção legal absoluta é aquela que não admite prova em contrário, ou seja, a lei estabelece determinada situação proibindo que se faça prova em contrário ou tornando irrelevante qualquer tentativa de prova em contrário. O juiz não pode convencer-se em sentido contrário a uma presunção legal absoluta. Conforme a doutrina, as presunções legais são juízos de certeza que decorrem da lei. Classificam em absolutas ou relativas. As primeiras não aceitam prova em contrário, sendo exemplo a condição de inimputável do indivíduo menor de dezoito anos de idade.

- 97 A prova emprestada terá o mesmo valor das demais provas realizadas dentro do processo, caso tenha sido produzida sob o crivo do contraditório e envolva as mesmas partes.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A prova emprestada é a prova produzida num processo e introduzida em outro, sendo utilizada em razão do princípio da economia processual e porque nem sempre poderá ser produzida novamente em outro âmbito processual. É a possibilidade de transportar uma prova de um processo para outro. Ex.: Uma oitiva de testemunha. A prova produzida em um processo criminal pode ser emprestada para outro processo criminal, cível e até mesmo administrativo, desde que obedecidos os seguintes requisitos: as partes devem ser as mesmas tanto no processo em que a prova foi produzida como no que vai recebê-la; só poderá ser emprestada a prova que foi produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

A respeito da propriedade industrial, que protege os interesses de inventores, *designers* e empresários no que tange às suas invenções, marcas e indicações geográficas, julgue os seguintes itens.

- 98 A concessão de uma patente de invenção terá vigência de vinte anos, contados da data do depósito do pedido, desde que atendidos os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com as disposições dos arts. 8.º e 40 da Lei n.º 9.279/1996, são requisitos para patentear uma invenção: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, vigorando a concessão por vinte anos, contados da data do depósito.

- 99 Assegura-se à marca de alto renome registrada no Brasil proteção especial apenas em seu ramo de atividade e na praça na qual explore sua atividade econômica.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Marca de alto renome goza de prestígio, notoriedade e tradição incontestáveis, motivo pelo qual recebe especial proteção, para que terceiros – mesmo que de outras praças ou que explorem outros ramos de atividade – não utilizem a boa imagem dela. Essa prerrogativa está assegurada no art. 125 da Lei n.º 9.279/1996.

- 100 O selo de indicação geográfica é uma garantia para o consumidor, pois comprova que o produto é genuíno e possui qualidades particulares ligadas à sua origem, sendo seu uso restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A indicação geográfica identifica a origem de um produto ou serviço, quando o local se torna conhecido ou quando certa característica ou qualidade desse produto ou serviço se deve à sua origem geográfica, sendo seu uso restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, conforme os arts. 176 a 182 da Lei n.º 9.279/1996.

Julgue os itens subsequentes, relativos à administração de sociedades limitadas e anônimas.

- 101 Em uma sociedade limitada com capital integralizado, a designação de um administrador não sócio dependerá de aprovação unânime dos sócios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo com o disposto no art. 1.061 do Código Civil, a designação de administrador não sócio somente dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado. A partir da integralização do capital social, basta a aprovação de dois terços dos sócios.

- 102 O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada em uma sociedade anônima, porém a representação ativa e passiva da sociedade é privativa da diretoria.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o disposto no art. 138, *caput* e § 1.º, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976), a administração da companhia competirá ao conselho de administração e(ou) à diretoria, conforme dispuser seu estatuto, cabendo ao conselho de administração as deliberações colegiadas, enquanto a representação da companhia é privativa dos diretores.

Acerca de despesa pública, julgue os itens a seguir.

- 103 As despesas de exercícios anteriores são classificadas em despesas de exercícios encerrados, restos a pagar e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que dispõe o art. 37 da Lei n.º 4.320/1964.

- 104 A cessão de precatório judicial de natureza alimentar, por credor de setenta anos de idade a cessionário de trinta anos de idade, não implica perda da sua natureza alimentar nem, por conseguinte, da sua qualidade preferencial para pagamento.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O precatório alimentar perde essa natureza e, por consequência, a prioridade de satisfação quando cedido, nos termos do § 13 do art. 100 da CF. Ver RE 631537 RG, Relator(a): min. MARCO AURÉLIO, julgado em 16/12/2010, DJe-074 DIVULG 18-4-2011 PUBLIC 19-4-2011 EMENT VOL-02506-01 PP-00125.

Com relação ao orçamento público e ao processo legislativo orçamentário, julgue os itens que se seguem.

- 105** Cada Poder da República é competente para iniciar o processo legislativo orçamentário de seu próprio orçamento, dada a independência funcional que lhes é garantida.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. As leis orçamentárias são de iniciativa do Poder Executivo, que recebe as propostas orçamentárias dos demais Poderes e consolida na proposta orçamentária de orçamento anual. Essa interpretação decorre da conjugação dos arts. 84, XXIII, 99 e §§ e 165, da CF.
- 106** O excesso de arrecadação assim entendido o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerada, ainda, a tendência do exercício é fonte de recursos para os créditos suplementares.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Nesse sentido, é o que dispõe o § 3.º do art. 43 da Lei n.º 4.320/1964.

Acerca dos segurados do regime geral de previdência social, julgue os itens a seguir.

- 107** É considerada segurada especial a pessoa física que exerce atividade em exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa não é a definição de segurado especial. De acordo com o art. 11, inciso VII, da Lei n.º 8.213/1991, considera-se segurado especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros.
- 108** Está apto à filiação como segurado facultativo o estudante com mais de quatorze anos de idade que não exerça atividade remunerada e que contribua para a previdência social.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Para ser segurado facultativo, é imprescindível que o estudante não exerça nenhuma atividade remunerada (não pode se enquadrar como segurado obrigatório) e tenha mais de quatorze anos de idade.

Relativamente à carência e à forma de apuração dos benefícios previdenciários, julgue os itens que se seguem.

- 109** O recebimento de auxílio-acidente depende de contribuição, para a previdência social por, no mínimo, doze meses.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O auxílio-acidente independe de carência, que é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. Arts. 24 e 26, inciso I, da Lei n.º 8.213/1991.
- 110** Para a apuração do valor dos benefícios, deve-se calcular o salário-de-benefício, que necessariamente varia entre o salário mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que prevê o art. 29, § 2.º, da Lei n.º 8.213/1991.

No que se refere a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 111** A impugnação do sujeito passivo inaugura a fase contenciosa da cobrança administrativa do crédito tributário, o que suspende a sua exigibilidade e cessa o fluxo dos juros de mora.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. De fato a impugnação do sujeito passivo inaugura a instância administrativa contenciosa e suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas o fluxo dos juros de mora, decorrentes da mora, não cessa, nos termos dos arts. 39 e 40 da Lei distrital n.º 4.567/2011.

- 112** Em sede de execução fiscal, é vedado embargar a execução sem prévia e suficiente garantia do juízo, respeitados a condição econômica do devedor e o direito constitucional de ação.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Segundo o art. 16, § 1.º, da Lei de Execução Fiscal, não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução. O STJ, à luz do referido dispositivo, entendeu que “PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INADMISSIBILIDADE. SEGURANÇA DO JUÍZO. 1. O art. 16, § 1.º, da Lei n.º 6.830/1980 prevê a garantia da execução como pressuposto de admissibilidade dos embargos à execução fiscal. 2. No julgamento do REsp 1.127.815/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, esta Corte consolidou o entendimento de que a insuficiência de penhora não é causa bastante para determinar a extinção dos embargos do devedor, cumprindo ao magistrado, antes da decisão terminativa, conceder ao executado prazo para proceder ao reforço, à luz da sua capacidade econômica e da garantia pética do acesso à justiça. (...)A admissão dos embargos à execução, nessa circunstância, está subordinada ao reconhecimento inequívoco da insuficiência patrimonial do devedor, o que nem sequer foi afirmado categoricamente pela parte.” (REsp 1825983/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 06/09/2019.)

Com relação ao Sistema Tributário Nacional e ao tratamento conferido ao crédito tributário pelo Código Tributário Nacional, julgue os itens que se seguem.

- 113** A instituição de um novo território federal autoriza que a União institua e cobre os impostos estaduais e municipais em tal território, ainda que ele seja dividido em municípios.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A CF, no art. 147, prescreve competir à União, em território federal, os impostos estaduais e, se o território não for dividido em municípios, cumulativamente, os impostos municipais, de modo que a existência de municípios discriminados dentro do território federal desautoriza a cobrança de impostos municipais pela União.
- 114** Existindo, simultaneamente, dois ou mais débitos vencidos de um mesmo sujeito passivo sejam tais débitos referentes ao mesmo tributo ou a diferentes tributos, penalidades pecuniárias ou juros de mora com o mesmo ente federado, fica a autoridade administrativa autorizada a imputar-lhe o pagamento, segundo os critérios previstos no Código Tributário Nacional.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A imputação de pagamento é instrumento expressamente previsto no CTN, em seu art. 163.
- 115** Determinados tributos autorizam a denominada repercussão financeira do encargo tributário, de modo que, havendo pagamento de crédito tributário a maior, somente aquele sujeito que comprovar ter assumido o referido encargo tributário ou estar por esse autorizado pode demandar a restituição do indébito.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que dispõe o art. 166 do CTN.

A respeito do uso e ocupação e parcelamento do solo, do estudo de impacto ambiental, da desapropriação e do tombamento, julgue os itens a seguir.

116 Estando de posse da promessa de cessão e da prova de quitação, o adquirente poderá efetuar o registro da propriedade de lote adquirido em loteamento urbano.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Lei n.º 6.766/1979, art. 26, § 6.º.

117 De acordo com a lei de uso e ocupação do solo do Distrito Federal, caso a projeção seja classificada como de alto grau de acessibilidade, é dispensada a oferta mínima de vagas de veículos.

JUSTIFICATIVA CERTO. Lei Complementar Distrital n.º 948/2019, art. 30, I.

118 O estudo de impacto ambiental deve apontar os impactos ambientais negativos do projeto, sendo responsabilidade do autor do projeto, ainda, indicar as medidas mitigadoras que podem ser aplicadas para evitá-los.

JUSTIFICATIVA. ERRADO. Lei n.º 10.057/2001: Art. 4.º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV). § 1.º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei. Resolução do CONAMA n.º 001/1986: Art. 6.º – O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas: III – Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

119 O particular cujo imóvel tenha sido declarado como de utilidade pública ou de interesse social, ainda que para fins de reforma agrária, terá direito à indenização prévia, justa e em dinheiro.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O direito de indenização está protegido pela nossa CF, que determina que ela seja prévia, justa e em dinheiro, salvo em caso de reforma agrária. CF, art. 182, § 4.º, III, e art. 184.

120 O proprietário de imóvel tombado poderá transferi-lo a terceiro, mesmo sem determinação judicial.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme o art. 13 do Decreto-lei n.º 25/1937.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A Segunda Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) afastou a incidência de lei distrital de 2019 que submetia as desapropriações, no âmbito do Distrito Federal, à aprovação prévia da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Considerando a situação apresentada e a jurisprudência do STF, redija um texto dissertativo respondendo, de forma justificada, aos seguintes questionamentos.

- 1 A Segunda Turma do TJDFT detinha competência para afastar a aplicação da lei distrital? [valor: 13,00 pontos]
 - 2 A referida lei distrital é constitucional? [valor: 15,00 pontos]
 - 3 Qual ação seria cabível para que o governador do Distrito Federal questionasse a constitucionalidade da lei distrital perante o STF, de acordo com a Constituição Federal de 1988? [valor: 10,00 pontos]
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
